

# DATA LUTA



## BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.  
Presidente Prudente, agosto de 2016, número 104. ISSN 2177-4463.

[www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

### ARTIGO DATA LUTA

**Considerações sobre a questão agrária paranaense, territorialidades e realidades no contexto dos Campos Gerais.**

### ARTIGO DO MÊS

***De lo comunitario como territorio a los territorios comunitarios. Resistencias a la megaminería en la cordillera, meseta y costa de Chubut, Patagonia Argentina.***

[www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php](http://www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php)

### EVENTOS

**Congresso Brasileiro do Centenário da Guerra do Contestado – CBCGC  
“Reconhecimento do crime de genocídio, direito à vida e à existência futura”.**

UEL/Londrina – Paraná, 04 a 07 de outubro de 2016.

**IV Jornada de Pesquisas Sobre a Questão Agrária no Paraná**

UNIOESTE /Marechal Cândido Rondon – Paraná, 13 a 15 de novembro de 2016.

### PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



**Revista NERA n. 31.**

**Autores: Vários.**

A presente edição da revista lança luz a importantes elementos que compõem a Questão Agrária brasileira.

São sete artigos e uma transcrição de palestra que contribuem com a discussão sobre temas como a produção sustentável de alimentos, a estruturação de movimentos da luta pela terra e a atuação do Estado no campo. Para baixar:

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/issue/view/277>.



**Sementes de Angelim.**

**Produção: Fabíola Melca.**

O filme trata a experiência de Retomada Quilombola da terra em curso na comunidade de Angelim, município de Conceição da Barra, Espírito Santo. As imagens mostram como a prática agroecológica torna possível a transição do monocultivo de eucalipto para a produção de alimentos. Para ver: <https://www.youtube.com/watch?v=fvkBZeWpG2E>.



**PodCast Unesp – Pod Territorial.**

**Autores: Vários**

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social. Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>.

### EQUIPE:

**Editoração:** Danilo Valentin Pereira, Pedro Henrique C. de Moraes (bolsista PIBIT) e Lucas Pauli (bolsista FAPESP).

**Revisão:** Juliana G. B. Mota, Tiago E. A. Cubas (bolsista FAPESP), Leandro N. Ribeiro (bolsista CAPES), Ana L. Teixeira, Hellen C. C. Garrido (bolsista AUIP/PAEDEX), Helen C. G. M. da Silva (bolsista CNPQ), Lara C. Dalpério (bolsista FAPESP) e Rodrigo S. Camacho.

**Coordenação:** Janaina F. S. C. Vinha, Eduardo P. Girardi, Valmir J. de O. Valério e Danilo Valentin Pereira.

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

## CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA PARANAENSE, TERRITORIALIDADES E REALIDADES NO CONTEXTO DOS CAMPOS GERAIS.

**Prof. Dr. Celbo Antonio Fonseca Rosas**  
Grupo de Estudos de Geografia Agrária e Território (GEGATE)  
Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR  
[celboantonio@yahoo.com.br](mailto:celboantonio@yahoo.com.br)

A geografia, através de seu arcabouço teórico, fornece elementos e condições para que os geógrafos e não geógrafos possam interpretar as transformações ocorridas no espaço, e as configurações territoriais oriundas dessas construções ao longo do tempo, desvendando as máscaras existentes pelos interesses que transformaram os territórios constantemente. Evidentemente que, as peculiaridades e singularidades de cada lugar, formam uma estrutura que, apesar de integrada aos produtos propugnados pelo capital, cria e recria suas particularidades a partir dos grupos sociais, integrados a cada espaço transformado. Dessa forma, as dualidades como campo e cidade, humano e físico, são pressupostos analíticos de formação de um complexo de variantes expostos na compreensão da realidade. Porém, essas dualidades não podem ser o meio ou o fim dessas análises, uma vez que devem ser compreendidas como pares dialéticos, em constante relação de diversos aspectos que as compõe, imbricados em suas mais diversas arestas.

O espaço rural, considerado muitas vezes pelo capital como arcaicos, são dominados por interesses oriundos da concentração do capital no contexto da reprodução ampliação do capital nesse espaço, mas que cria contradições inerentes ao próprio capital de divisão social e territorial do trabalho, gerando significados distintos na configuração territorial.

Nesse contexto, o estado do Paraná possui um processo de formação de seu território ímpar, constituídos oficialmente a partir de sua instituição enquanto estado, no ano de 1853 (antes disso, fazia parte da Província de São Paulo), através de processos de colonização estatal e privada, gerando possibilidades de novos territórios a comunidades oriundas, principalmente, da Europa. Evidentemente que, além dessas formas de ocupação do Estado, as grilagens e ocupações estiveram presentes em diversos momentos, gerando os primeiros focos de violência no campo, em detrimento da luta pela terra (SERRA, 2010).

Evidentemente que, desde o período das Sesmarias (1614), a caracterização do território paranaense, assim como o restante do país, vai passar, como argumenta Graziano da Silva (1981), de uma esfera pública para a privada, tipificando a inclusão do modo de produção capitalista no campo. Embora tal regime possibilitasse a privatização das terras, poucos eram aqueles afortunados que se dedicavam a utilizar economicamente das mesmas, como argumenta Costa (1986), pois se apresentavam como demonstração de poder político no cenário que se formava. Nesse contexto, as famílias menos favorecidas eram alocadas em áreas ainda não requeridas pelas sesmarias, até que tais áreas fossem tomadas pelos agentes do capital.

Com a promulgação da Lei de Terras em 1850, o estado do Paraná, dentro das características peculiares e excludentes de acesso às terras, passa a contar com um mecanismo legal que permitiria o acesso ao restante das terras devolutas, transparecendo a característica de manutenção de latifúndios

improdutivos. Desde então, até 1916, aplicou-se diversas leis na tentativa de regularização fundiária, mesmo com características de concentração. Porém, mesmo assim, as ocupações irregulares das terras do Estado formaram uma base que podemos observar na atualidade, através de grilagens e concessões fraudulentas, até o final dos anos 1920, que “originou as condições políticas necessárias para a adoção de medidas de impacto destinadas a sanear e reverter o quadro de apropriação irregular da terra no Paraná”. (SERRA, 2010, p. 78).

O processo de colonização do Estado, seja ele pelo viés oficial (Estado), ou privado, direcionaram as decisões da elite burguesa, com interesses comuns, e que tratavam a distribuição de terras conforme seus interesses. Por volta da década de 1960, o Estado possui sua estrutura fundiária pautada nas ações das colonizadoras e, dessa forma, monopoliza o acesso às terras. Tal fato possui consequências profundas no contexto da expropriação fundiária, gerando diversos contextos de tensões sociais no campo.

As disputas territoriais levaram a um fortalecimento dos grupos hegemônicos e trouxe, por outro lado, a contrapartida da formação e consolidação de movimentos sociais contrários aos interesses e prerrogativas ideológicas expostas pelos ruralistas. Dessa forma surge, em 1984, diante de uma construção concebida desde a década de 1970, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), atuando diretamente na defesa e reivindicações dos trabalhadores, principalmente os rurais. Criava-se uma luta de entidades, correspondentes aos respectivos interesses, a União Democrática Ruralista (UDR) e o MST.

A luta pela reforma agrária a partir do MST, surgiu em um contexto de diversas frustrações e desencantos com os planos oficiais existentes até então, e a conjuntura que se apresentava, como algumas condições de exposição política no regime militar, a renovação do papel da igreja, o processo de modernização do campo, que gerava muita exclusão social camponesa, e a expropriação dos atingidos por barragens, que no Paraná teve um forte impacto, principalmente pelas usinas de Itaipu e Salto de Santiago, expropriando mais de 40.000 pessoas de suas residências, tendo sido indenizados valores bem aquém da dos valores daquele momento nos mercados regionais.

Naquele contexto, os camponeses e ribeirinhos, com ajuda da igreja e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), buscaram se organizar para reivindicar os preços justos, em 1979, sendo atendidas parte de suas demandas junto à Itaipu em 1981. Nesse período, os camponeses se organizaram e contaram com o apoio de outras entidades e, além disso, tiveram a possibilidade de gerenciar sua estrutura organizacional e ideológica, em uma constante luta pelo território que lhes havia sido destituído. Ou seja, uma reterritorialização se fazia necessária.

A luta por melhores condições expostas pelos atingidos por barragens, levou a novas articulações de luta pela terra, com o início das primeiras estratégias de reprodução camponesa, contrária a pobreza de posseiros, arrendatários e trabalhadores rurais, e à dinâmica excludente do capital monopolista e latifundiário que se estabelecia no campo paranaense, passando a lutar pela reforma agrária em diversas regiões do estado. A organização dos trabalhadores em grupos, fez com que criassem estratégias políticas para a estruturação e criação do movimento, que seria denominado, em 1981, de Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO), e no ano seguinte, incentivou a ampliação do movimento no estado, em suas diversas regiões.

Desse contexto, as organizações camponesas das diferentes regiões do Paraná estariam vinculadas a um mesmo centro de comando ideológico e de ações, e passaram a buscar uma interligação com movimentos semelhantes de outros estados do sul do país, com encontros anuais, até que, em 1984, depois de muitas propostas, decidiu-se criar um movimento único, capaz de reivindicar e lutar pela reforma agrária não somente no Paraná ou na região sul, mas em todo o país. O encontro realizado em Cascavel, teve a fundação, formação e territorialização do MST, que Fernandes (2000) denomina gestação e nascimento (1979 a 1985).

Ainda para o autor, o MST ainda possui outras duas fases, a territorialização de consolidação, que ocorreu entre os anos de 1985 e 1990, e a terceira fase, denominada territorialização e institucionalização do MST, que se iniciou no início da década de 1990.

Atualmente, o estado paranaense, principalmente a região do Paraná Centro e dos Campos Gerais, passa por uma capitalização das terras oriundas do processo de expansão da indústria de madeira e celulose, com destaque para o Pinus. Grandes empresas arrendam e se apropriam de diversas áreas, inclusive devolutas do estado, e expropriam diversas comunidades camponesas que lutam pela reprodução e sobrevivência em seus territórios, ou contrários a lógica de ocupação imposta pelo capital no campo.

O município de Telêmaco Borba se destaca nessa perspectiva, uma vez que, segundo o INCRA, possui 97% das terras devolutas ocupadas pela produção empresarial de Pinus, principalmente. Outro município de destaque nesse sentido é Ortigueira, com a construção de um grande campo de complexo agroindustrial, com investimentos que giram em torno de R\$ 8 bilhões, e que tomarão o uso das terras da região um cenário típico de um deserto verde de Pinus, criando um enorme abismo sócio territorial no contexto regional.

Em contrapartida, no município de Ponta Grossa, os interesses da oligarquia local, juntamente com o capital internacional, travam o processo de regularização do pré-assentamento Emiliano Zapata, que a mais de 10 anos luta pela concessão e posse das terras onde se encontram, com perspectivas distantes de algum resultado concreto de assentamento, trazendo consequências desastrosas para as famílias que vivem nesse território. Por se encontrarem a mais de uma década no local, tais pessoas criaram uma identidade territorial, mesmo sem terem seu território legalizado, inviabilizando o acesso a parques benefícios financeiros, assim como a permanência da incerteza de que essas terras poderão um dia serem suas.

Mesmo assim, diversas famílias buscam organização para que suas produções possam oferecer a sobrevivência e reprodução camponesa, através de hortas comunitárias agroecológicas, destinando seus produtos diretamente aos consumidores da cidade, através de feiras e redes de distribuição semanal. Mesmo com essas ações, a maioria dos pré-assentados vivem e buscam na cidade, oportunidades para sua sobrevivência, como o trabalho de serventes de pedreiros em obras, descaracterizando sua essência, mas como sendo uma das poucas alternativas que lhes restaram para a permanência no campo, considerando que o local dista aproximadamente 10km da área urbana.

Nota-se que o capital se reterritorializa como um vetor que se utiliza das características e bases naturais típicas de cada região, e exploram seus recursos e possibilidades incansavelmente, de acordo com seus interesses, e que as consequências dessa estrutura não são levadas em consideração quanto ao dano social e ambiental. Essa problemática é uma tendência e um fato marcante para o surgimento de novas

tensões sociais, uma vez que é de interesse do Estado a manutenção de tal estrutura, de troca de interesses entre governantes e capital no processo de apropriação privada do espaço, e construção de uma sociedade excludente e alienada, tão marcante e decorrente no estado do Paraná e no Brasil.

## REFERÊNCIAS

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis - RJ: Vozes, 2000.

SERRA, E. Conflitos rurais no Paraná: como foi que tudo começou. In: **Boletim de Geografia de Maringá**. Maringá – PR: V 28, n. 1, p. 75-89, 2010.